

## DESPACHO nº 10 / 2020

A TODA a Comunidade do ISEC Lisboa,

Considerando a evolução da situação referente ao surto da COVID-19, que deu origem à Declaração do Estado de Emergência em que vivemos, e as suas consequentes implicações disruptivas do nosso quotidiano, e considerando ainda as profundas consequências desta situação no normal funcionamento das Instituições de Ensino Superior, importa agora estender e consolidar as anteriores medidas, oportunamente estabelecidas de forma preventiva e proactiva, pelo ISEC Lisboa<sup>1</sup>.

A absoluta excecionalidade da situação atual impõe também a adoção de novas normas internas, também elas excecionais, relativas ao nosso funcionamento e ao desenvolvimento da nossa atividade.

Este período de exceção e as suas consequências para o funcionamento do ISEC Lisboa tem, desde logo, enquadramento no Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020 de 18 março que declara o estado de emergência, fundamentado na verificação de calamidade pública. É também enquadrada por toda a Legislação do governo que, executando o referido Decreto Presidencial, estabelece normas de exceção, nomeadamente o Decreto-Lei nº 10-A/2020 de 13 de março que *estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia SARS-CoV-2*, e a Lei nº 1-A/2020 que estabelece *Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV2 e da doença COVID-19*.

Refira-se ainda que o Decreto-Lei nº 10-A/2020 de 13 de março determina, no nº 1 do artigo 9º, a suspensão das atividades letivas e não letivas com a presença de estudantes nos estabelecimentos de ensino (incluindo os de ensino superior), sendo esta suspensão reavaliada a 9 de abril de 2020. A nota de Esclarecimento do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 13 de março esclarece “... *devem ser promovidos todos os esforços para estimular processos de ensino-aprendizagem a distância, mantendo as atividades escolares através da interação por via digital entre estudantes e docentes...*”

Concomitantemente, também o art.º 30º do Decreto-Lei nº 10-A/2020, de 13 de março, o art.º 5º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, e o Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, no seu art.º 6.º, apelam e impõem o teletrabalho e o uso de videoconferências, desde que existam condições para o efeito, para a substituição das atividades presenciais.

Por outro lado, a prorrogação do Estado de Emergência até 17 de abril, aprovada pela Assembleia da República a 2 de abril e decretada pelo Presidente da República a 2 de abril vem limitar a Liberdade de ensinar e aprender prescrevendo na alínea g) do artigo 4.º que “... *podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo a proibição ou limitação de aulas presenciais, a imposição do ensino à distância por meios telemáticos (com recurso à internet ou à televisão), o adiamento ou prolongamento de períodos letivos, o ajustamento de métodos de avaliação e a suspensão ou recalendarização de provas de*

---

<sup>1</sup> Consultar <https://www.iseclisboa.pt/index.php/pt/virus-covid-19-plano-de-contingencia-e-outras-informacoes>

*exame ou da abertura do ano letivo, bem como eventuais ajustes ao modelo de acesso ao ensino superior”.*

Assim, tendo em conta a necessidade de garantir a salvaguarda da saúde pública e segurança da nossa Comunidade Académica, as normas excecionais que agora se estabelecem visam instituir um ordenamento regulamentar que permita compatibilizar o regime de exceção que vivemos e a consequente substituição de todas as atividades presenciais com a necessidade de assegurar a continuidade da missão do ISEC Lisboa de ensinar e aprender, garantindo as legítimas expectativas dos estudantes e minimizando as dificuldades para docentes, funcionários e alunos.

Foram ouvidos os Presidentes dos órgãos colegiais do ISEC Lisboa e o Conselho de Direção do ISEC Lisboa e a Associação de Estudantes.

Assim, ao abrigo das alíneas t), u) e w) do artigo 18º dos Estatutos do ISECLisboa e no exercício das competências estabelecidas para este período pelo Decreto 2-A/2020, de 20 março, executando o Decreto Presidencial nº 14-A/2020 de 18 de março, e tendo ainda em conta as notas de esclarecimento do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, determino:

#### **A. Substituição das Atividades Presenciais por atividades letivas e não letivas a distância**

**A1.** Todas as atividades escolares presenciais, designadamente as aulas teóricas e teórico-práticas, previstas para o período compreendido **entre 13 e 30 de abril de 2020** serão substituídas pela tipologia de **Ensino Remoto de Emergência**<sup>2</sup> (ERE), devendo os estudantes e professores recorrer para o efeito, entre outras possíveis ferramentas, às plataformas MOODLE (para atividades assíncronas) e ZOOM (para atividades síncronas).

Esta decisão será reavaliada em função da decisão governamental programada para o próximo **dia 9 de abril**, não se descurando a possibilidade de a situação de emergência poder ser estendida até ao fim do ano letivo. Se isso ocorrer será emitido um novo Despacho em data imediatamente posterior.

**A2.** Os Órgãos Colegiais do ISEC Lisboa devem prosseguir com todos os seus trabalhos previstos, mantendo a periodicidade prevista nos Estatutos e Regulamentos do ISEC Lisboa, usando os seus membros para o efeito a modalidade de teletrabalho e as videoconferências. As atas respetivas devem registar a tipologia de reuniões realizadas e, no caso de realização de videoconferências, as mesmas devem ser gravadas ficando o seu depósito na posse do Presidente do órgão.

---

<sup>2</sup> Ao longo deste texto é usada a expressão “Ensino Remoto de Emergência” em substituição da habitual expressão “Ensino a Distância”, na medida em que diferentes fontes e literatura recomendada estabelece efetivas diferenças entre ambas as situações. Por exemplo: [https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning?fbclid=IwAR19NNGgTeenrxaiuB9BsbzE8aFhB24cBeLwPQEuo875VIZJOduX\\_twmHdo](https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning?fbclid=IwAR19NNGgTeenrxaiuB9BsbzE8aFhB24cBeLwPQEuo875VIZJOduX_twmHdo) – consultado a 2 de abril 2020;

**A3.** A apresentação de Trabalhos Finais de curso de Licenciatura e de Mestrado devem igualmente ser realizadas com recurso a Videoconferência ou a outros meios eletrónicos, devendo existir registo de consentimento por parte de todos os membros do júri e do candidato. A ata respetiva deve registar a modalidade em que decorreu a prova e, sempre que possível, a sessão deve ser gravada, ficando o seu depósito na posse do Presidente do Júri.

**A4.** Compete aos Coordenadores de Curso assegurarem a coordenação das atividades letivas a distância dos diferentes cursos em funcionamento, garantindo a qualidade do ensino ministrado e dos recursos disponibilizados e o cumprimento dos objetivos previstos em cada Unidade Curricular. Esta coordenação deverá ser efetuada em articulação estreita com os Diretores de Escola e em consonância com as orientações dos órgãos técnico-científicos e pedagógicos da Escola.

**A5.** As atividades presenciais que, de todo, não sejam passíveis de serem substituídas por “ensino remoto de emergência” (aulas práticas, visitas de estudo, etc...) serão reagendadas para quando for retomada a normalidade, prevendo-se que essa reposição possa acontecer nos meses de junho e julho. Para este efeito devem os Coordenadores de Curso enviar listagem dessas Unidades Curriculares aos Diretores de Escola para que possa ser atempadamente planificada essa reposição.

**A6.** A realização numa modalidade alternativa das atividades de Estágio, Práticas Pedagógicas e Formação em Contexto de Trabalho foi proposta junto da tutela (Direção Geral do Ensino Superior) e aguarda-se a todo o momento o desfecho desta consulta, o qual será oportunamente comunicado.

## **B. Ensino Remoto de Emergência**

**B1.** Todas as Unidades Curriculares previstas para o regime presencial, designadamente as aulas teóricas e teórico-práticas, devem ser substituídas pela tipologia “ensino remoto de emergência”, devendo os estudantes e professores usarem para o efeito a plataforma MOODLE (para atividades assíncronas) e ZOOM (para atividades síncronas).

**B2.** No caso da prorrogação do ensino remoto de emergência até ao final do ano letivo, nos termos do estipulado no ponto A1, a totalidade do trabalho a desenvolver nas Unidades Curriculares teóricas e teórico-práticas (avaliação incluída) deve ser realizado (sempre que possível) no regime a distância até à data limite de 20 de junho, libertando tempo e espaço para que as aulas práticas e outras atividades obrigatoriamente presenciais possam ser repostas nos meses de junho e julho.

**B3.** Cada docente deverá adequar a duração das sessões de ensino remoto de emergência aos conteúdos previstos na respetiva Ficha de Unidade Curricular (*vide* ponto D3). Recomenda-se, contudo, que nenhuma sessão síncrona (ou gravada) deva ter mais do que 30 minutos, assegurando um intervalo mínimo de 10 minutos entre sessões consecutivas.

**B4.** As sessões síncronas, a acontecerem, devem ter lugar na hora e dia da semana previstos no horário letivo de cada turma em funcionamento. No caso de sessões assíncronas, os respetivos conteúdos devem ser atempadamente disponibilizados aos estudantes e num

formato adequado a esta modalidade, bem como a planificação, objetivos e forma de elaboração das atividades propostas aos estudantes

**B5.** Os docentes têm ao seu dispor o acompanhamento e apoio por parte do Learning Innov@tion Studio (uma estrutura do ISEC Lisboa destinada à promoção da inovação pedagógica e do ensino remoto) bem como diferentes instrumentos e ferramentas passíveis de serem usados na modalidade de ensino remoto de emergência, e ainda orientações e ações de formação, tendo toda esta informação disponibilizada na *disciplina 19/20 – Orientações tutoriais para Apoio às Atividades Letivas Virtuais*, disponível na plataforma MOODLE em <https://moodle.iseclisboa.pt/course/view.php?id=2162>.

### **C. Ensino Remoto de Emergência - Avaliação**

**C1.** São revogadas todas as disposições que prevejam um regime de faltas que possa resultar na reprovação do estudante. Recomenda-se ainda que, caso exista, o elemento de avaliação “assiduidade” seja substituído por outro tipo de elementos de avaliação que permita justamente avaliar, não a presença/frequência da Unidade Curricular estabelecida para o regime presencial, mas antes a participação/proatividade dos estudantes nas tarefas a desenvolver remotamente.

**C2.** As avaliações previstas em cada UC devem ser realizadas igualmente no regime a distância, devendo cada docente adaptar os respetivos instrumentos e elementos de avaliação a esta modalidade. Caso exista qualquer alteração no tipo ou ponderação dos elementos de avaliação, essas alterações devem constar no Aditamento à Ficha de Unidade Curricular (*vide* ponto D3), o qual deve ser aprovado pelo respetivo Conselho Pedagógico até 22 de abril e, impreterivelmente, comunicado aos estudantes até 30 de abril.

**C3.** As classificações resultantes das avaliações intermédias devem ser comunicadas aos estudantes via plataforma MOODLE, dada a importância do feedback necessário junto dos alunos. No entanto, a avaliação final de cada Unidade Curricular não pode ser divulgada através da plataforma MOODLE, só podendo ser lançada na Secretaria Virtual via plataforma DIGITALIS.

**C4.** Apesar do prolongamento do Calendário Escolar 2019/20 (ver ponto E2) e da nova data limite para o lançamento de notas finais passar a ser 2 de julho p.f., sempre que possível os docentes de cujas Unidades Curriculares tenham terminado a atividade até 20 de junho nos termos do ponto B2, podem solicitar junto da Serviços Académicos a abertura de pauta na plataforma DIGITALIS para o lançamento imediato das notas finais.

**C5.** Apesar do prolongamento do Calendário Escolar 2019/20 (ver ponto E2) e da nova data limite para o lançamento de notas finais ser a 2 de julho p.f., ficam desde já autorizados os lançamentos das avaliações finais impreterivelmente até 31 de julho de disciplinas que, sendo de natureza prática na sua totalidade ou parcialmente, as reposições de aulas presenciais só possam acontecer nos meses de junho e julho nos termos dos pontos A5 e B2.

**C6.** As avaliações finais de Unidades Curriculares de Estágio, Práticas Pedagógicas, e Formação em Contexto de Trabalho dependem do resultado obtido junto da tutela nos termos do ponto A6 e será posteriormente comunicado.

#### **D. Registos Obrigatórios e demais Procedimentos**

**D1.** Quer no ensino remoto de emergência, quer na eventual reposição de aulas presenciais que venha a acontecer, mantém-se a obrigatoriedade, nos termos legais e regulamentares em vigor, de registo do sumário de cada aula, o qual deve registar o tipo de aula/sessão realizada, os conteúdos abordados e os recursos disponibilizados.

**D2.** Apenas as aulas sumariadas serão contabilizadas para efeitos do número total de aulas previstas e lecionadas.

**D3.** Conforme comunicação anterior, todos os docentes devem enviar até à data de 8 de abril p.f., o Aditamento às respetivas Fichas de Unidade Curricular, o qual deve ser preenchido no modelo aprovado e enviado aos docentes. O Aditamento deve dar conta das eventuais alterações nas metodologias de ensino-aprendizagem (ocorridas na passagem do ensino presencial para o ensino remoto de emergência) e das eventuais alterações nos elementos de avaliação e suas respetivas ponderações. O Aditamento deve também incluir a coerência entre as novas metodologias de ensino-aprendizagem com os objetivos da Unidade Curricular e incluir ainda os Recursos e Materiais a utilizar, assim como as Atividades que os alunos devem desenvolver.

**D4.** No caso de alterações de elementos de avaliação ou sua ponderação, o Aditamento deve ser aprovado pelo respetivo Conselho Pedagógico até dia 22 de abril e comunicado aos estudantes até dia 30 de abril.

**D5.** O Aditamento às Fichas de Unidade Curricular deve ser depositado nos Serviços Académicos, enviando o Aditamento por e-mail diretamente para o Secretário Geral e para o Diretor de Escola.

**D6.** Mantém-se a obrigatoriedade do registo em ata das reuniões de órgãos colegiais e/ou Provas que tenham lugar na modalidade de videoconferência ou por outros meios eletrónicos, devendo igualmente ser realizada a gravação em vídeo da reunião realizada nessa modalidade, sendo da responsabilidade do presidente desse órgão a manutenção desse registo.

**D7.** Dando cumprimento ao dever de transparência e informação previsto designadamente nos artigos 161º e 162º do RJIES, foi criada uma página no site institucional (<https://www.iseclisboa.pt/index.php/pt/virus-covid-19-plano-de-contingencia-e-outras-informacoes>) onde constam todas as Normativos e Orientações que regem a atividade do ISEC Lisboa durante este período de excecionalidade.

**D8.** Toda a atividade desenvolvida na modalidade de ensino remoto de emergência é permanentemente monitorizada por forma a minimizar e mitigar as dificuldades detetadas. Foram delegados nos Diretores de Escola os poderes para a realização desse acompanhamento e respetiva intervenção.

**D9.** Os habituais mecanismos de monitorização pedagógica realizados pelo Gabinete de Avaliação e Garantia da Qualidade (GAGQ) serão alterados de forma a avaliarem a qualidade do macroprocesso Ensino-Aprendizagem (e dos restantes macroprocessos) no âmbito das atividades desenvolvidas ao longo do 2º semestre de 2019/20 em regime de ensino remoto e/ou teletrabalho.

**D10.** Toda a interação com os Serviços Académicos e demais estruturas internas do ISEC Lisboa, deve ser realizada preferencialmente por mail, contacto telefónico, ou outros meios eletrónicos.

### **E. Calendário Escolar**

**E1.** Mantém-se a interrupção letiva para férias de Páscoa entre 6 e 13 de abril, referente ao calendário escolar de 2019/20, data em que não deverão existir quaisquer atividades letivas.

**E2.** O Final do 2º semestre de 2019/20 foi prorrogado até 27 de junho, tendo sido as restantes datas do calendário escolar ajustadas conforme informação atualizada publicada em <https://www.iseclisboa.pt/index.php/pt/calendario-escolar>

**E3.** Em função da evolução nacional do surto COVID-19 e das suas consequências para o normal funcionamento das Instituições, o Calendário Escolar de 2020/21, designadamente o início do próximo ano letivo, poderá ainda sofrer modificações, o que a acontecer será oportunamente comunicado.

### **F. Acesso ao Ensino Superior 2020/21**

**F1.** Todas as atividades relativas aos processos de candidatos ao acesso ao ensino superior no ISEC Lisboa para o próximo ano letivo, devem ser realizadas dentro das datas estabelecidas para o efeito.

**F2.** Para a consecução do ponto anterior, a condução de entrevistas e provas aos candidatos poderá ser realizada na modalidade virtual e remotamente.

**F3.** Quando, pontual e justificadamente se mostre inviável a realização das entrevistas e provas em modo remoto, devem as entrevistas e provas presenciais ser marcadas para datas compreendidas entre 20 de junho e 30 de julho p.f.

**F4.** Os pontos anteriores aplicam-se a candidatos dos Concursos Especiais. Aos Candidatos provenientes do Regime Geral aplicar-se-ão as datas que forem anunciadas pela tutela após a reavaliação ministerial agendada para 9 de abril.

### **G. Outras Atividades e Serviços**

**G1.** São suspensas todas as atividades presenciais que pressuponham a aglomeração de pessoas no mesmo espaço físico. Consequentemente, serão reagendadas todas as atividades (Conferências, Seminários, etc.) e Festividades (Dia do ISEC Lisboa e Festa de Finalistas, Arraial do Campus, etc.) previstas para este ano letivo.

**G2.** Salienta-se que o Decreto-Lei nº 10-A/2020 de 13 de março no seu artigo 11º interdita todas as viagens de finalistas, pelo que se recomenda vivamente que os estudantes do ISEC Lisboa se abstenham de viajar por motivos de lazer enquanto durar a situação pandémica.

**G3.** A Biblioteca e a Sala de Estudo mantêm-se encerradas até data a anunciar. O acesso aos recursos online (revistas científicas) obriga à autenticação por VPN, devendo ser utilizado o procedimento descrito no Serviço de Apoio Informático no site do ISEC Lisboa, em <https://www.iseclisboa.pt/apoioinformatico/index.html>.

**G4.** As demais atividades das restantes estruturas e serviços do ISEC Lisboa prosseguem o seu trabalho como nas semanas anteriores, i.e., substituindo sempre que possível as suas atividades por teletrabalho e cumprindo a escala de presença emanada dos Recursos Humanos que visa minimizar as atividades presenciais, garantindo, contudo, o funcionamento dos serviços e o atendimento dos estudantes e professores nas situações estritamente necessárias e impossíveis de serem substituídas por contato remoto.

As medidas de prevenção do ISEC Lisboa, entre elas as anteriormente descritas, serão (re)avaliadas a todo o momento podendo ser alargadas ou revogadas em função da evolução da situação e as recomendações ou determinações das autoridades responsáveis pela saúde pública e pelo Ensino Superior em Portugal.

Determino ainda que, enquanto durar a situação de excecionalidade e a substituição das atividades presenciais, consideram-se suspensas, parcial ou totalmente, todas as normas e regulamentos que colidam com o teor do presente Despacho, mantendo-se em vigor todo o restante normativo interno.

Tendo em mente o impacto destas medidas, contamos com o contributo de todos para a minimização de riscos e para a salvaguarda do interesse dos nossos estudantes, professores e funcionários.

Lisboa, 3 de abril de 2020

A Presidente do ISEC Lisboa



---

(Profª Doutora Maria Cristina Ventura)

